

Programando novas formas de mundo

Ciberfeminismo no Brasil a partir das experiências em curso

Programming new worlds

Cyberfeminism in Brazil based on ongoing experiences

Ana Elisi Carbone Anversa*

Eduarda Meller**

Rafael Santos de Oliveira***

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2026.174.010>

ChatGPT | Imagens



Ciberfeminismo: criado nos anos 1990, o termo exprimia a divulgação das ideias feministas no âmbito do emergente ciberespaço. Hoje, como movimento, possibilita a mulheres com os mais diversos objetivos que multipliquem suas vozes a partir das redes

RESUMO

Considerando a necessidade de fortalecer as estratégias políticas articuladas pelo ciberfeminismo, que atualmente encontra algumas barreiras devido a processos como a vigilância de massas e o agravamento das violências digitais contra minorias sociais, investiga-se um novo modelo de ciberativismo, o qual tem como objetivos produzir recursos tecnológicos de base e alfabetizar digitalmente mulheres e minorias sociais. Diante disso, o presente artigo busca responder à seguinte problemática: em que medida as novas experiências de ciberfeminismo em curso no Brasil podem ressignificar o ativismo de gênero, bem como traçar estratégias para a igualdade entre homens e mulheres, prevista na Constituição Federal? Para isso, vale-se de abordagem dedutiva, de procedimento bibliográfico e estudo de caso, bem como das técnicas de pesquisa de análise de dados primários e secundários. Conclui-se que os desafios do ciberfeminismo estão muito além do campo da internet, sendo uma questão sistemática. É apenas superando esse cenário (e traçando alternativas a ele) que as possibilidades do ativismo de gênero poderão ser, de fato, ampliadas.

Palavras-chave: Ativismo. Ciberfeminismo. Programação.

ABSTRACT

Considering the need to strengthen the political strategies articulated by cyberfeminism, which currently faces certain barriers due to processes such as mass surveillance and the intensification of digital violence against social minorities, this study investigates a new model of cyberactivism aimed at developing foundational technological resources and promoting digital literacy among women and social minorities. In light of this, the present article seeks to address the following research problem: to what extent can the new cyberfeminist experiences currently underway in Brazil reframe gender activism and outline strategies to achieve equality between men and women, as established by the Federal Constitution? To this end, the study adopts a deductive approach, based on bibliographic research and case study, as well as primary and secondary data analysis techniques. It concludes that the challenges facing cyberfeminism extend far beyond the realm of the internet, constituting a systemic issue. Only by overcoming this scenario — and devising new alternatives — can the possibilities of gender activism truly be expanded.

Keywords: Activism. Cyberfeminism. Programming.

1. INTRODUÇÃO

Considerando-se o terreno consagrado que o feminismo ocupa nas disputas políticas no mundo digital, bem como a necessidade de reinvenção e criação de variadas estratégias, esta pesquisa procura destacar e reafirmar as potencialidades das iniciativas feministas na rede, apontando outros caminhos para garantir a longevidade do brado do movimento. Nesse sentido, o prisma que constrói o presente estudo é a relação constituída entre tecnologias, gênero e ativismos contemporâneos. Partindo dessas considerações, questiona-se: em que medida as novas experiências de ciberfeminismo em curso no Brasil podem ressignificar o ativismo de gênero, bem como traçar estratégias para a igualdade entre homens e mulheres, prevista na Constituição Federal?

Para responder a esse problema de pesquisa e também cumprir o objetivo desta produção, é aplicado o método de abordagem dedutivo, partindo de aspectos gerais sobre o movimento feminista no ciberespaço e, após, especificando esse contexto para algumas experiências em curso. Além desse aporte metodológico, vale-se do procedimento de estudo de caso, elencando exemplos de coletivos que promovem ciberfeminismo com foco em programação cibernética¹. É utilizada a pesquisa bibliográfica para estudar o ciberfeminismo, a sociedade em rede e o ativismo digital. No que tange às técnicas de pesquisa, realiza-se uma análise de fontes primárias e secundárias, consultando informações sobre os casos arrolados, que, após catalogadas, são discutidas e analisadas.

A aplicação dessa metodologia, por sua vez, resultou na divisão do trabalho em duas partes: na próxima seção, é abordado o contexto do ciberfeminismo no Brasil para descrever suas conquistas e perspectiva atual. Na terceira, são analisadas diferentes experiências de ciberfeminismo no Brasil, em defesa de novos enredos de ativismo digital que atendam às demandas políticas da atualidade.

Por fim, justifica-se a pertinência científica da temática em debate, dado que ela explora novos modos de “fazer política” no meio digital, deslocando-se do uso tradicional das redes sociais. Politicamente, adere-se aos compromissos dos objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil elencados pela Organização das Nações Unidas, mais precisamente os preconizados no item 5 — “Igualdade de gênero” (Nações Unidas Brasil, *s.d.*).

O artigo explora os impactos da sofisticação tecnológica na política, pondo em xeque o ambiente criado pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs) e centralizando o antigo problema de gênero na perspectiva de uma sociedade a qual exclui determinados grupos em benefício de outros (inclusive no espaço virtual). Por isso, investigam-se novos meios de resistir e existir nesse território, no âmbito do qual o direito de atuar deve ser constantemente reivindicado.

¹ No presente trabalho, o termo *cibernético* não é empregado em seu sentido estritamente técnico, associado à cibernética moderna de Norbert Wiener e Stafford Beer — campo interdisciplinar que, a partir de 1940, estudou os processos de controle, comunicação e retroalimentação em sistemas mecânicos, biológicos e sociais. Aqui, a noção de *cibernético* aproxima-se das leituras críticas feministas e hackfeministas, nas quais remete às infraestruturas e linguagens técnicas que sustentam o funcionamento da internet e das tecnologias digitais, bem como às relações de poder nelas inscritas. Nesse enquadramento, pensar o *cibernético* significa não apenas compreender as interfaces visíveis ou o conteúdo produzido nas redes e neles intervir, mas proceder da mesma forma com as próprias camadas estruturais — códigos, protocolos, algoritmos, arquiteturas da rede — em que se reproduzem lógicas patriarcais e racistas. Ao incorporar esse sentido ampliado, o termo é mobilizado como ferramenta analítica para examinar como a apropriação crítica e a reprogramação dessas estruturas podem servir à emancipação tecnológica e ao fortalecimento de práticas ciberfeministas.



Protesto em São Paulo em 27 de junho de 2024 pede o arquivamento do Projeto de Lei nº 1904, que equipara aborto a homicídio

2. (RE)PROGRAMANDO O *STATUS QUO*: UMA ANÁLISE DO CIBERFEMINISMO BRASILEIRO NOS DIAS ATUAIS

O termo *ciberfeminismo* foi originado na década de 1990, em um contexto marcado pela constante expansão das novas tecnologias. Fazia referência, em um primeiro momento, à publicação das ideias do movimento feminista em um novo local: o ciberespaço. Atualmente, é ele o responsável por possibilitar que inúmeras mulheres, com os mais diversos objetivos, multipliquem as suas vozes e se reúnam em redes (Carvalho; Gonçalves, 2023).

Nesse sentido, considerando a importância do movimento, é necessário que se analisem suas ações no campo digital e se estas são refletidas no campo “real”, concretizando o direito fundamental de igualdade entre homens e mulheres. Afinal, embora o artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal preveja que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988), percebe-se que essa norma ainda está longe de se efetivar. Assim, traçam-se as possibilidades (mas também as dificuldades) envoltas no ativismo de gênero no Brasil, a fim de que ele se torne instrumento para a promoção de uma verdadeira igualdade.

2.1. É POSSÍVEL, HOJE, PENSAR EM ATIVISMO DIGITAL?

Para além de um simples aparato tecnológico, a internet se tornou uma ferramenta de comunicação e criou o que Manuel Castells denomina *sociedade em rede*, isto é, uma estrutura social responsável por pautar relações de produção, experiência e consumo (Castells, 1999). Nesse cenário de ocupação do meio digital, diversas mulheres passaram a alinhar

tecnologia e discussões de gênero, a fim de se instalarem em espaços que, até então, eram usufruídos apenas por homens (Dutra, 2020).

Ao se formarem redes nesse novo local para discutir pautas do movimento feminista, criou-se o termo *ciberfeminismo*. Inicialmente, a justificativa era de que a internet possibilitava uma interação entre as usuárias maior do que a oferecida pelos meios tradicionais, fazendo com que as ideias sobre um mundo mais justo e igualitário atingissem os mais diversos grupos. Um fator que colaborou para essa expansão foi a própria linguagem utilizada nas plataformas digitais; isso porque a limitação de caracteres e os jargões constantemente empregados nesse meio faziam com que mesmo meninas e adolescentes se engajassem em causas cujo debate estava até então restrito à academia (Albu, 2017).

Diante dessa ocupação, importante salientar algumas das conquistas angariadas pelo movimento feminista na internet. A primeira delas diz respeito à ampliação de notícias e debates sobre gênero. Afinal, ao se instalarem nas plataformas digitais, os coletivos assumem uma função de fonte informativa, ensejando discussões sobre a transformação da sociedade. Como pautas, têm-se desde as indicações de filmes e séries sobre gênero até a disponibilização de livros, teses e dissertações sobre temas variados: relacionamentos, feminismo e movimentos sociais, diversidade, política e Estado, sexismo e violência, direitos humanos e inclusão social etc. (Woida, 2020).

Contudo, as possibilidades não se resumem a debates e indicações. Em 2015, após uma menina de 12 anos (participante do programa *MasterChef Júnior*) ter sido alvo de comentários pedófilos, criou-se a *hashtag* “#PrimeiroAssédio”, por meio da qual mulheres compartilharam suas primeiras experiências de assédio, a fim de demonstrar que aquele não era um caso isolado. A campanha teve mais de 11 milhões de buscas no Twitter. Ainda, a procura por termos como *feminismo* e *empoderamento feminino* cresceu em 86,7% e 354,5%, respectivamente. Tal fenômeno foi nomeado pela mídia como *Primavera das Mulheres* (Nantansohn; Reis, 2017). Como efeito no mundo real, cita-se o fato de as denúncias de violência contra a mulher terem aumentado em 40% (Reis, 2017). Isso não significa, necessariamente, que o número de mulheres violentadas tenha aumentado, mas sim que muitas se sentiram encorajadas a denunciar.

Ademais, um exemplo recente foi após o projeto de lei nº 1.904/2024 ter sido aprovado para tramitar, com urgência, na Câmara dos Deputados. O referido projeto visa equiparar a pena para o aborto feito depois de 22 semanas de gestação àquela contra o homicídio simples (Matos, 2024). Ante esse cenário, coletivos feministas criaram *hashtags* como “#PLdaGravidezInfantil”, “#PL1904Não” e “#CriançaNãoÉMãe”. Após essas movimentações no campo digital, iniciaram-se protestos no cenário real. Em cidades como Vitória (ES), Palmas (TO), São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG), grupos tomaram as ruas para pressionar o presidente da Câmara dos Deputados à época, Arthur Lira, a frear a tramitação do projeto de lei. Valeram-se de cantos, marchas e cartazes com dizeres como “Estuprador não é pai” (Marzullo, 2024). O resultado dessas ações coordenadas foi o adiamento da votação do projeto (Matos, 2024).

Em suma, percebe-se que as ações coordenadas pelo movimento feminista acarretam, em diversos momentos, impactos no campo digital e no real (inclusive no que tange aos aspectos jurídico e legislativo). Entretanto, persistem desigualdades — sobretudo nos âmbitos afetivo, social e cultural (Felgueiras, 2017). Assim, é necessário identificar e analisar as dificuldades impostas a um ativismo digital de gênero, bem como encontrar a forma de superá-las.

2.2. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CIBERFEMINISMO: ALTERNATIVAS PARA ALÉM DAS HASHTAGS

Apesar das conquistas supra-mencionadas, percebe-se que o ciberfeminismo ainda encontra algumas barreiras. Afinal, os ambientes digitais não estão imunes à violência produzida pela cultura patriarcal (Natanshan; Reis, 2020). Essa violência pode ser produzida por grupos e pessoas, mas também pelos próprios algoritmos das plataformas.

No que tange à primeira forma, vale mencionar que, ao ocuparem as redes, as mulheres conseguiram amplificar suas vozes, ao mesmo tempo que foram alvo de recorrentes discursos misóginos. Como exemplo, menciona-se

o *blog Escreva Lola Escreva*, no qual a professora Dolores Aronovich Agüero compartilha publicações de cunho feminista. Com o crescimento do espaço digital, indivíduos autointitulados *masculinistas*, ou *mascus sanctos*, passaram a adicionar comentários às postagens de *Lola*, proferindo contra a autora inclusive ameaças de morte, de estupro coletivo e de infecção pelo vírus HIV (Oliveira, 2021). As origens desses discursos podem ser explicadas da seguinte forma:

É nesse funcionamento da contraidentificação que se materializam os discursos violentos propagados contra as mulheres no espaço do *blog Escreva Lola Escreva*, visto que, nessa modalidade discursiva em que homens se colocam em posição de ódio, unindo-se em grupos que propagam a aversão contra mulheres com a intenção de inferiorizá-las, há a identificação da mulher com os discursos da maternidade, da beleza, da docilidade. Porém, o que impulsiona que *[sic]* o grupo masculino se porte de forma odienta contra o grupo feminino tem origem justamente no contrário: no momento em que a mulher quebra barreiras de espaços e padrões predeterminados, valendo-se da internet como ferramenta de fortalecimento. Ocupar essa posição faz emergir uma memória do que é ser mulher, de como o feminino deveria se apresentar e exteriorizar essas características perante a sociedade (Oliveira, 2021, p. 55).

Além das violências produzidas por grupos e indivíduos, há uma espécie de violência originada do próprio algoritmo, que incentiva a produção de discursos odiosos. Isso se dá na medida em que, atualmente, vivencia-se uma era de “capitalismo comunicativo”, quando o “valor de troca” de uma mensagem — medido pelo grau de circulação — é priorizado em relação ao seu “valor de uso” (Castro, 2020). Assim, com o objetivo de angariarem cada vez mais lucro, as plataformas incentivam a produção de discursos odiosos ou, em situações mais tênues, nada fazem para impedir tal proliferação. Frisa-se que, dos discursos de ódio produzidos nas plataformas digitais, 68% são destinados a mulheres (Leite, 2022).

A exclusão tecnológica não é apenas um reflexo das desigualdades sociais, mas também um mecanismo ativo de reprodução dessas desigualdades

A problemática avança na medida em que os algoritmos traduzem uma narrativa de poucos, retomando o que Marx e Engels (2007) já mencionavam: as ideias dominantes de uma determinada época são, em verdade, as ideias da classe dominante. Assim, os códigos transportam a ideologia de seus criadores e de seus clientes em potencial, prejudicando pessoas em razão de gênero, raça, território, classe etc. Ressalta-se que esse processo é interligado ao de vigilância maciça dos dados das usuárias, o que também favorece as plataformas e as grandes empresas, que podem utilizá-los para os mais diversos fins — inclusive para a manipulação (Reis; Natansohn, 2019).

Nesse contexto, questiona-se: o ciberfeminismo nos moldes atuais, utilizando as plataformas já disponíveis, consegue ser eficiente? Para responder a essa pergunta, importante lembrar Donna Haraway, que, já nos anos 1980, apontava para a necessidade de uma escrita e de uma produção de conhecimento originado por mulheres, visando subverter a lógica dos mitos fálicos e ocidentais. Afinal, as tecnologias traduzem uma “comutação da dominação (masculina)”, a qual não afeta de forma igual todas as mulheres, tampouco as demais pessoas (Haraway, 2019).

O pensamento de Haraway é ratificado por pensadoras contemporâneas que reforçam a ideia de uma tecnopolítica feminista. A expressão diz respeito à imprescindibilidade de combater a suposta neutralidade das redes, objetivando reconsiderar o uso, a produção e a imaginação das tecnologias de informação e comunicação, a fim de que sejam pensadas pelas e para mulheres, pessoas não binárias e trans (Oliveira; Araújo; Kanashiro, 2020). Em outras palavras, a ocupação da internet por esses grupos reduziria o fenômeno de “brecha tecnológica”, que se caracteriza por reproduzir as desigualdades da sociedade nesse novo ambiente (Lima; Oliveira, 2020).

O conceito de tecnofeminismo se une ao de hackfeminismo ou hacktivismismo feminista, que se propõe a pensar o ativismo muito além da camada da internet que transmite e fabrica conteúdo; por meio desse termo, pretende-se analisar as estruturas lógicas e físicas que compõem a própria internet. Desse modo, promovem-se estudos para a autonomia tecnológica e até mesmo para a criação de redes alternativas e de *software* livre (Natansohn; Reis, 2020).

Além de tornar o ciberfeminismo mais efetivo, as alternativas *hackers* surgem com a finalidade de “povoar o território”. Isso porque, conforme pesquisa divulgada em 2015, 55% dos brasileiros acreditavam que o Facebook “é a internet” (Mirani, 2015). Ou seja, toda uma rede mundial de computadores foi resumida a uma simples empresa, tornando possível constatar a amplitude do poder informacional detido por uma única rede social. Nesse cenário, urge ser uma pessoa ativa, explorando e habitando esse novo local. Afinal, só depois de compreender a maneira como as estruturas da internet funcionam é que será possível escolher as ações a serem implementadas nesse espaço (Gómez; Muñoz, 2020).

Apesar de essas iniciativas parecerem distantes, inúmeros grupos feministas já têm adotado essa postura e, ao agir dessa forma, explicitam a invisibilidade reproduzida pelas infraestruturas das plataformas atuais. Ademais, demonstram que a exclusão ocasionada pela internet também se aproxima das outras desigualdades sociais, sejam elas associadas às relações, aos corpos, ao trabalho etc. Oliveira, Araújo e Kanashiro (2020, p. 11) retratam esses movimentos da seguinte forma:

É um chamado pelo reconhecimento de materialidades — das infraestruturas e dos corpos — acompanhado de uma elaboração política a partir do feminismo interseccional.



SEXTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2025

ESTUPRO COMPARADO A FURTO POR FOME

Certo dia um desses caras insanos que comentam no meu blog deixou este comentário num post sobre estupro, sabe como é, tentando justificar... estupro. Olha a comparação:

"O homem tem tanto tesão que se ficar sem mulher por muito tempo ele acaba perdendo o controle e abusando de alguma. Felizmente, são a minoria. A maioria dos homens consegue se auto controlar. Mas vejam que são homens pobres, sofridos, que provavelmente as mulheres não queria saber deles e até os humilhavam. O tempo vai passando e o homem sem mulher vai enlouquecendo até entrar em desespero total e agarrar alguma



SE PUDER AJUDAR, COLABORE

Apoia-se

Página do blog *Escreva Lola Escreva*, alvo do ódio de grupos masculinistas da internet

Essa perspectiva feminista, mais do que um discurso de inclusão de mulheres na tecnologia, faz ver as múltiplas camadas de desigualdade e exclusão geradas pelo modelo dominante, incluindo também uma discussão a respeito de diferenças de classe, raça, sexualidade, nacionalidade e naturalidade conjugados [sic] às questões de gênero.

Em complemento, salienta-se a necessidade de aumentar a diversidade e a inclusão no setor de tecnologia e combater os estereótipos que desencorajam a participação feminina, especialmente de mulheres negras. Afinal, em que pese o fato de a maioria da população brasileira ser composta por mulheres — majoritariamente negras (Mazenotti, 2024) —, o mercado tecnológico conta com 68% de participação masculina e 58,3% branca (PretaLab, 2019); os dados referem ainda mais a discriminação: 11% dos profissionais de tecnologia brasileiros são mulheres negras, enquanto 37% são homens brancos ou asiáticos e 22% são mulheres brancas ou asiáticas (PretaLab, 2022).

A manutenção de estereótipos (de gênero, raça e classe) impede a ascensão de mulheres na área tecnológica; tal fato fica explícito na medida em que é sabido que elas representam somente 22% dos estudantes de Ciências da Computação, apesar de serem a maioria no ensino superior. Além disso, mesmo que meninas na fase escolar apresentem aptidão para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, somente 0,4% optam por se tornar graduandas em Ciências da Computação (PrograMaria, s.d.).

Entende-se, portanto, que essa nova ideia de ciberfeminismo diz respeito à urgência de se construir espaços *offline* e *online* nos quais mulheres e demais minorias sociais possam, de fato, multiplicar suas vozes. Nesse diapasão, é importante mencionar como isso tem se organizado no Brasil e quais seus reflexos para o país.

3. PROGRAMANDO NOVOS HORIZONTES

Notoriamente, o ciberfeminismo tem sido referência no que diz respeito à atuação política na internet desde o século passado. Todavia, devido à turbulência cada vez mais violenta com que avançam as novas tecnologias e, conseqüentemente, as dinâmicas sociais imbricadas nesses processos, demanda-se a constante tensão dos próprios meios utilizados para lutar politicamente.

Então, como ressignificar as tecnologias científicas ocidentais, responsáveis por dar vida a boa parte do maquinário comunicante (com o qual compartilham-se vivências e intimidades), mas deixando de lado práticas de violência e de exclusão? Como ocupar as redes, colonizadas pelo capitalismo e pelo patriarcado (misógino, racista, homo/trans/bifóbico e capacitista), e transformar, subverter, curar as dinâmicas de dominação e de morte que se reproduzem através delas (Araújo; Manica; Kanashiro, 2020)? Esses desafios constituem os temores sociotécnicos que impulsionam a presente pesquisa, e, por isso, propõe-se o mapeamento das experiências que se dedicam ao trabalho do letramento tecnológico.

Como exemplos dessa empreitada, citam-se quatro experiências em curso no Brasil: MariaLab, PrograMaria, PretaLab e Casa Hacker (“Minas em tech”)². A primeira atua na produção de material didático sobre tecnologias, tendo como público-alvo mulheres, pessoas transgênero e não binárias. A segunda trabalha diretamente com ensino de programação para meninas e mulheres. A terceira dá especial atenção à capacitação tecnológica das mulheres negras. A última, por sua vez, destina-se ao ensino de meninas e mulheres nos anos iniciais de formação.

As experiências mapeadas nesta pesquisa partem de uma compreensão comum: a exclusão tecnológica não é apenas um reflexo das desigualdades sociais, mas também um mecanismo ativo de reprodução dessas desigualdades. Essas iniciativas apostam no letramento digital e na criação de espaços seguros de aprendizagem como estratégias de enfrentamento da lógica excludente do regime algorítmico e das infraestruturas colonial-patriarcal da internet. No entanto, cada coletivo constrói esse enfrentamento a partir de enfoques e públicos-alvo distintos, o que permite observar nuances na forma como o ciberfeminismo contemporâneo tem se articulado no Brasil.

3.1. UMA NOVA FORMA DE ATIVISMO? ESTUDO DAS EXPERIÊNCIAS EM CURSO NO BRASIL

Neste tópico, serão apresentados os coletivos selecionados na pesquisa preliminar³. Todos eles possuem sítios eletrônicos próprios para acompanhamento dos seus trabalhos e divulgação de projetos, em que foram colhidas as informações compiladas a seguir.

3.1.1. MARIALAB

A MariaLab assume uma postura tecnopolítica explícita ao promover a interseção entre tecnologia, política e feminismo, entendendo que essa confluência é um canal viável

² Os coletivos MariaLab, PrograMaria, PretaLab e Casa Hacker têm, respectivamente, os seguintes endereços eletrônicos: www.marialab.org; www.programaria.org; www.pretalab.com; <https://casahacker.org/minas-em-tech>.

³ A seleção teve como critério o atendimento à condição de que o grupo: a) dê enfoque ao letramento cibernético; b) esteja em atividade; c) tenha compromisso com políticas antidiscriminatórias; d) vise à inclusão tecnológica com base em gênero, raça e classe; e) propicie visibilidade à sua plataforma.

MariaLab e Casa Hacker atuam na linha hackfeminista de criação e domínio de infraestruturas próprias, enquanto PrograMaria e PretaLab operam de maneira mais próxima ao mercado, priorizando estratégias de mitigação das barreiras estruturais. Tal diferença ilustra uma tensão central do ciberfeminismo contemporâneo: atuar dentro ou fora da lógica dominante? Ou realizar uma combinação estratégica entre ambas as alternativas?

para a valorização do autocuidado nos meios digitais, inclusive com a construção de *infraestruturas feministas* — conceito que, na prática, implica criar e gerir redes comunitárias e material didático próprios, rompendo com a dependência para com as plataformas corporativas.

Nesse sentido, propõe-se a tornar os espaços de tecnologia mais plurais, envolvendo mais mulheres, pessoas trans e não binárias, promovendo um pensamento e discussão interseccional que considere raça, classe social e identidade de gênero no desenho de tecnologias, sejam elas digitais ou não. Para muito além da representatividade desses corpos invisibilizados, sugere reconstruções e reapropriações dos modos como eles são desenvolvidos e como interagem com infraestruturas tecnológicas.

A iniciativa aposta em diferentes frentes de ação, dentre elas: a Biblioteca MariaLab, que reúne materiais didáticos e informativos para fortalecer debates feministas e sobre tecnologia; o relatório *O cenário das ameaças digitais: Brasil*, que tem como objetivo fornecer uma visão geral das ameaças digitais enfrentadas pela sociedade civil e pela mídia no Brasil, bem como orientar os especialistas em segurança digital que apoiam essa comunidade; e “Infraestruturas feministas”, conjunto de diretrizes e ações estratégicas feministas para o fortalecimento de redes comunitárias na internet: (a) Rede Fuxico (rede comunitária de *software* livre), (b) cartilhas de infraestrutura feministas e (c) pesquisa-ação sobre redes autônomas feministas.

Ao se dedicar também à segurança digital e ao enfrentamento de ameaças *online*, o coletivo opera em um nível de resistência que vai além da inclusão, buscando redesenhar as próprias condições de participação no ciberespaço. Essa proposta dialoga diretamente com a proposta hackfeminista de intervir nas camadas infraestruturais da rede, e não apenas no uso final das plataformas.

Desse modo, o grupo aposta na transposição da tecnologia para espaços feministas e do feminismo para espaços de tecnologia, possibilitando a construção de ambientes seguros, tanto digitais como físicos, férteis para a aprendizagem através da troca e acúmulo de saberes entre todas. Auxilia na coleta, organização e divulgação de informações e na produção de conhecimentos científicos e socioeconômicos sobre a relação entre tecnologias e feminismos; promove debates sobre tecnologias feministas, enfrentamento da violência *online* baseada em gênero e raça e sobre governança da internet; produz materiais didáticos em diversos formatos para disseminar informações sobre tecnologias para mulheres, pessoas transgênero e não binárias; apoia outros projetos em tecnologias digitais e não digitais, através de reuniões e eventos de pessoas e organizações parceiras.

3.1.2. PROGRAMARIA

A PrograMaria é um projeto idealizado a partir do desejo de ensinar e desenvolver uma linguagem de programação voltada para as aspirantes do coletivo, que sentiam falta de apoio e encorajamento. Identificando as dificuldades compartilhadas entre diversas mulheres para a obtenção de conhecimentos na área, guia-se pelas seguintes perguntas: “Nós consumimos tecnologia, mas não estamos participando da produção dela. Por quê?”; “Não há mulheres porque o ambiente é hostil ou o ambiente é hostil porque não há mulheres?”. A partir daí, identificaram-se três padrões principais de problemas que as mulheres costumam enfrentar na relação com a programação: “Não sei por onde começar”, “Não é para mim”, “Não confio que sou capaz de fazer sozinha” (PrograMaria, *s.d.*). Desse modo, o projeto compromete-se com a expansão do ensino tecnológico voltado para mulheres, baseando-se em dados que constata a escassez delas nesse mercado e em face das barreiras encontradas para alcançar esses saberes.

Logo, a PrograMaria atua diretamente na quebra de barreiras culturais e subjetivas que afastam mulheres da programação. Ao problematizar a hostilidade do ambiente tecnológico e oferecer formação acessível, enfrenta não só o déficit de habilidades técnicas, mas também os estereótipos internalizados que fazem parte do que Rolnik (2019) descreve como política de produção de subjetividade.

A estratégia, nesse caso, é menos voltada para a criação de infraestruturas autônomas e mais para a inserção qualificada de mulheres no mercado já existente, o que fortalece a representatividade, mas ainda mantém uma relação com a lógica dominante das *big techs*.

Ainda assim, as frentes de ação são diversificadas e contam com o apoio de grandes veículos de comunicação, promovendo maior alcance das atividades. Dentre as iniciativas estão: “Mais diversidade na tecnologia com Globo”; “Mais diversidade na tecnologia com Thoughtworks”; e “Mais diversidade na tecnologia com Trimble”⁴. Através de diferentes parcerias,

⁴ Globo, Thoughtworks e Trimble são, respectivamente, a famosa rede televisiva brasileira, uma empresa de consultoria de *software* e transformação digital e uma empresa especializada em soluções de posicionamento, mapeamento e geolocalização.

cada uma dessas iniciativas promove eventos e cursos sobre tecnologia voltados para mulheres e minorias sociais, por meio de palestras, vídeos, material didático, *lives* e oficinas interativas.

3.1.3. PRETALAB

A PretaLab é uma iniciativa que reforça a necessidade e a pertinência de incluir mais mulheres negras na inovação e na tecnologia. Tendo como causa a luta contra uma sociedade marcada pelo racismo estrutural, patriarcal e colonialista, a organização pensa a inserção e o desenvolvimento das mulheres negras no mercado de trabalho, considerando diferenças de identidade e subjetividade.

Dentre as experiências analisadas, a PretaLab apresenta a proposta mais interseccional, integrando a luta de gênero ao combate ao racismo estrutural. Os dados reunidos sobre empregabilidade e autopercepção das participantes permitem afirmar que há efeitos concretos da iniciativa na redução da desigualdade de acesso à tecnologia e na promoção de trajetórias profissionais para mulheres negras da área.

Aqui, o letramento tecnológico é acompanhado de um processo de fortalecimento identitário e de criação de redes de apoio profissional, configurando um exemplo de micropolítica com impactos também no nível macropolítico, ao desafiar a composição racial do setor de tecnologia. Logo, o grupo dedica-se a alterar o *status quo* — colonialista, patriarcal e racista — ao estimular mulheres negras a pertencerem a uma área promissora, prestigiada e conectada ao futuro, democratizando a produção de tecnologia em busca de um mundo socialmente mais justo.

Além da promoção de educação digital através de cursos técnicos pagos e gratuitos, realiza a produção de material informativo e relatórios. Tem ampla atuação no mercado de trabalho, priorizando a divulgação do trabalho de mulheres negras e suas especialidades na plataforma da PretaLab, criando uma verdadeira rede de geração de emprego na área da tecnologia para mulheres negras.

A PretaLab promove ciclos formativos para qualificação técnica gratuita de mulheres negras e indígenas de todo o Brasil; também oferece uma “rede de profissionais”, realizando a divulgação do trabalho de mulheres negras nas diferentes áreas da tecnologia; oferece estudos de impacto, entre outros, além de agenciamento e consultoria, tendo como alvo pessoas jurídicas e sociedade civil.

Para 82,5% das mulheres entrevistadas pelo PretaLab, participar da plataforma fez uma diferença positiva em suas vidas (PretaLab, 2023b). A partir da rede profissional da iniciativa, 42% das mulheres entrevistadas conheceram uma vaga de trabalho que as interessava (PretaLab, 2023a). Esses percentuais confirmam que o projeto impulsiona mudanças sociais ao desafiar uma estrutura consolidada e opressora, que mantém as mulheres negras na base da pirâmide social. Com acesso a formação técnica, senso de pertencimento e segurança, essas mulheres ganham autoconfiança, tornando-se referência para suas famílias e comunidades. Isso abre a possibilidade de ocupar novas posições na sociedade e de imaginar diferentes horizontes.

Ao oferecer formação psicoemocional e técnica em áreas conectadas às principais mudanças do futuro, a PretaLab contribui para transformar o cenário tecnológico no Brasil, que ainda é majoritariamente branco e masculino, como mostram as estatísticas (PretaLab, 2023a; 2023b).

3.1.4. CASA HACKER — “MINAS EM TECH”

Fundada em 2018 por uma comunidade periférica de Campinas (SP), a Casa Hacker luta para emancipar tecnologicamente pessoas periféricas, possibilitando que grupos organizados transformem sua realidade, levando-os a um salto de desenvolvimento com equidade (Casa Hacker, 2024). Sob o lema “Programe como uma mina”, a Casa Hacker oferece a iniciativa “Minas em tech”, que funciona como um curso técnico de formação em programação, eletrônica, impressão e modelagem em 3D, segurança e privacidade e desenvolvimento de projetos, visando à emancipação tecnológica.

Seu enfoque Steam (acrônimo em inglês para ciências, tecnologia, engenharia, artes e matemática) favorece uma aprendizagem transversal e conecta a apropriação tecnológica à resolução de problemas locais. Assim, diferentemente das demais experiências, a Casa Hacker emerge de uma comunidade territorialmente localizada, possibilitando a perspectiva de que as redes digitais não precisam, necessariamente, prefigurar o campo de transformação coletiva na era tecnológica.

3.1.5. ANÁLISE COMPARATIVA E IMPLICAÇÕES PARA O CIBERFEMINISMO

Apesar das diferenças de escopo e método, mantém-se homogêneo entre as experiências o entendimento de que a disputa pela igualdade de gênero no campo tecnológico não deve se limitar ao uso das plataformas hegemônicas.

MariaLab e Casa Hacker atuam na linha hackfeminista de criação e domínio de infraestruturas próprias, enquanto PrograMaria e PretaLab operam de maneira mais próxima ao mercado, priorizando estratégias de mitigação das barreiras estruturais. Tal diferença ilustra uma tensão central do ciberfeminismo contemporâneo: atuar dentro ou fora da lógica dominante? Ou realizar uma combinação estratégica entre ambas as alternativas?

Essas experiências revelam que o letramento digital pode ser compreendido como prática micropolítica (Rolnik, 2019) capaz de produzir fissuras nas estruturas coloniais e patriarcais ao transformar subjetividades e criar comunidades temporárias de resistência. Entretanto, a escassez de mensurações sobre o impacto dessas atividades e a dependência, em alguns casos, de recursos e infraestrutura de grandes empresas são desafios que limitam a sustentabilidade dessas iniciativas.

Assim, o estudo das experiências confirma que, embora o letramento tecnológico não seja por si só capaz de romper com as bases estruturais do regime dominante, ele funciona como vetor essencial para ampliar as possibilidades de ação e imaginar um futuro auspicioso para o ativismo de gênero no Brasil.

3.2. REPENSAR O CIBERFEMINISMO: UMA OUTRA LINGUAGEM PARA UM OUTRO FUTURO POSSÍVEL

Como já mencionado, para fins dessa pesquisa, interessa pensar o problema em sua dimensão tecnopolítica, seguindo a intuição de Donna Haraway quando ela propõe o ciborgue como um mito-ficção possível para um feminismo no contexto da “informática da dominação” (Haraway, 2019). Com esse esquema, investiga o modo como máquinas e organismos se articulam na constituição das redes de poder, informação e comunicação.

Ao aprenderem a programar, as mulheres não apenas adquirem habilidades técnicas, mas também desenvolvem uma nova forma de subjetividade e agência no campo da tecnologia

Considerando os vários elementos semióticos que surgem com a “virada cibernética” e que passam a ocupar os corpos, compor existências e organizar a relação deles com o mundo, não há como refletir politicamente sem entender a magnitude da influência que esses dispositivos têm nas subjetividades. Da confluência entre corpos e máquinas decorre a urgência da compreensão e apropriação da linguagem técnica que forja esse espaço (Araújo; Manica Kanashiro, 2020). Enquanto corpos-máquina (diga-se, múltiplas e variadas performances de corpos em conjunções ciborgues), a emancipação tecnológica encontra caminho no paulatino e extenuante exercício da apropriação linguística, do letramento e, essencialmente, da programação. A partir daí, programa novas formas de existir no mundo:

Nesse sentido, compreendemos que há neste campo um reconhecimento da importância da representatividade, mas há também uma forte proposta de ir além na medida em que o chamado por envolver mais mulheres, pessoas trans e não binárias no desenho de tecnologias emerge como algo que será determinante para promover alianças que sejam capazes de desestabilizar escolhas naturalizadas e não verbalizadas e desafiar a reprodução de padrões e normas em experiência com infraestruturas e redes digitais. Ou seja, as experiências com tecnologias feministas, mais do que convidar corpos e grupos sociais que sofrem [a ação de] forças de afastamento da interação social com tecnologias a reconhecer e assumir seu protagonismo nesse campo, buscam mobilizar experiências, interesses e necessidades não normativos e incorporá-los em redes sociotécnicas (Araújo; Oliveira; Kanashiro, 2020).

Isso se apoia na perspectiva de Rolnik (2019) segundo a qual, diante do cenário de disputas políticas característico do século XXI, deve haver uma modulação do exercício do ativismo político e, propriamente, das ideias ativistas, para que passem a adotar uma concepção micropolítica:

Além de não submeter-se [sic] à institucionalização, o novo tipo de ativismo não restringe o foco de sua luta a uma ampliação de igualdade de direitos, próprio à insurgência macropolítica. Ele a expande micropoliticamente para a afirmação de um outro direito que engloba todos os demais: o direito de existir ou, mais precisamente, o direito à vida em sua essência de potência criadora. Seu alvo é a reapropriação da força vital, frente a sua expropriação pelo regime colonial-capitalístico que a cafetina [sic] para dela alimentar-se, levando o desejo a uma entrega cega a seus desígnios — esse é nada mais nada menos que o princípio micropolítico do regime que hoje domina o

planeta. A reapropriação do direito à vida é diretamente encarnada em suas ações: é no dia a dia da dramaturgia social que essas ações acontecem, buscando transfigurar seus personagens e a dinâmica de relação entre eles (Rolnik, 2019, p. 24)⁵.

Com isso, objetiva-se afirmar que não basta resistir macropoliticamente ao atual regime, é preciso igualmente agir para se reapropriar da força de criação e cooperação — ou seja, atuar micropoliticamente (Rolnik, 2019, p. 35). Rolnik (2019, p. 35) sugere que, para a reapropriação do impulso de criação (no sentido de ações voltadas para o estabelecimento de novas formas de existir), é preciso que essa consciência incida sobre as ações do desejo, motor de pulsão e modo de relação com o outro. A barreira está na política compulsória de produção de subjetividade e do desejo do regime vigente, o que é inerente à condição de existência em si.

Cada regime (sociopolítico ou econômico) é sustentado pelo modo como ele molda e controla a subjetividade das pessoas. A maneira como as pessoas são subjetivadas (como percebem a si mesmas e suas relações) é crucial para a existência e manutenção desse regime. Sem esse processo de subjetivação, o regime não conseguiria se manter. No contexto atual, que Rolnik descreve como uma “nova dobra” do regime colonial-capitalístico, há um “abuso da pulsão vital”. Isso significa que o sistema atual usa e explora a energia e os desejos das pessoas de maneira a dificultar o reconhecimento e a reapropriação dessa pulsão como algo que pertence a elas mesmas.

A reapropriação do desejo e do impulso criativo não é fácil e não acontece automaticamente. A lógica do regime dominante é tal que torna difícil para a razão ou para a consciência individual entenderem e se apropriarem plenamente desses impulsos criativos. Para superar esses desafios, é necessário resistir à política dominante de produção da subjetividade e do desejo.

É um processo ativo de resistência e transformação da própria realidade social e pessoal, que exige esforço e construção contínua. No processo de resistência e transformação, surgem «comunidades temporárias», que buscam construir algo comum e alternativo ao regime dominante. Essas comunidades não representam a totalidade da sociedade, mas são espaços de resistência e criação que desafiam as estruturas existentes. A sociedade como um todo é marcada por um constante embate entre diferentes forças e interesses. Essas comunidades temporárias fazem parte desse embate, tentando construir novas formas de organização e subjetividade:

É preciso resistir no próprio campo da política de produção da subjetividade e do desejo dominante no regime em sua versão contemporânea — isto é, resistir ao regime dominante em nós mesmos —, o que não cai do céu, nem se encontra pronto em alguma terra prometida. Ao contrário, esse é um território que tem que ser incansavelmente conquistado e construído em cada existência humana que compõe uma sociedade, o que intrinsecamente inclui seu universo relacional. De tais conexões originam-se comunidades temporárias que pretendem agir nessa direção construindo o comum. Entretanto, tais comunidades jamais ocupam o corpo da sociedade como um todo, pois ele se faz e se refaz no inexorável embate entre diferentes tipos de forças (Rolnik, 2019, p. 36).

5 No pensamento de Suely Rolnik, o termo *colonial-capitalístico* designa um regime de inconsciente e de política do desejo que resulta da articulação histórica entre o projeto colonial europeu e o desenvolvimento do capitalismo global. Trata-se de uma forma de subjetivação que bloqueia o acesso ao “saber-do-corpo” — isto é, à capacidade de apreender o mundo a partir da experiência viva e não mediada do “fora-do-sujeito”, restringindo a existência à perspectiva estreita do “sujeito” moldado pela cartografia cultural dominante.



Fundadoras e funcionárias das ONGs MariaLab, PrograMaria, PretaLab e Casa Hacker — “Minas em tech”

A própria blasfêmia antológica de Haraway (2019), pensada já na década de 1980, mostra-se um bom exemplo de pensamento micropolítico na medida em que o ciborgue, enquanto representação da realidade-ficção do corpo-máquina, marca essa subjetividade reapropriada, caracterizada pelo imperativo da ruptura, cura, transformação e emancipação das amarras tecnocientíficas ocidentais.

Relacionando essa ideia ao letramento cibernético de mulheres e ao ensino de programação, pode-se compreender que essas práticas representam formas de micropolítica e resistência ao regime colonial-capitalístico dominante. Afinal, o letramento cibernético de mulheres através do ensino da programação pode ser visto como um processo de reapropriação da tecnologia e da capacidade criativa. Ao aprenderem a programar, as mulheres não apenas adquirem habilidades técnicas, mas também desenvolvem uma nova forma de subjetividade e agência no campo da tecnologia.

No que tange às barreiras criadas, salienta-se que o regime colonial-capitalístico é responsável por estruturas que promovem a exclusão e a marginalização. O letramento cibernético pode ser visto como uma tentativa de superar essas barreiras, permitindo que mulheres e outras populações excluídas tenham acesso a ferramentas e conhecimentos que historicamente foram reservados para poucos.

Ademais, a prática do letramento cibernético segue a lógica da micropolítica, na medida em que é uma ação gradual e contínua que visa transformar a realidade. Cada mulher que aprende programação contribui para uma mudança mais ampla na forma como a tecnologia é acessada e utilizada, desafiando as estruturas dominantes e criando novas possibilidades de inclusão. O ensino da programação e o letramento cibernético promovem a formação de comunidades temporárias, que compartilham o objetivo de construir um futuro comum e desafiar o regime vigente. Essas comunidades não constituem a totalidade da

O ciberfeminismo e suas vertentes hacktivistas não se restringem a atuar sob as regras do jogo, mas também se empenham em reescrevê-las — ou, em muitos casos, em substituir o jogo por outro inteiramente novo, imaginado e codificado a partir de perspectivas insurgentes

sociedade, mas representam uma resistência significativa e um esforço para transformar a realidade tecnológica e social.

A presença de mulheres, pessoas trans e não binárias nos espaços de criação e manipulação das tecnologias digitais mostra um potencial que extrapola o horizonte reformista de “inclusão” no mercado ou de “diversificação” das equipes de desenvolvimento. Quando esses corpos (historicamente afastados das esferas de poder técnico e científico) apropriam-se das linguagens e infraestruturas que sustentam o mundo digital, produzem um deslocamento radical da lógica dominante que estrutura esse território. É necessário intervir nas bases ontológicas e políticas do cibernético, desmontando os fundamentos que naturalizam a opressão e as assimetrias raciais e de gênero.

Esse gesto é transgressivo porque confronta diretamente a opacidade e o monopólio das grandes corporações tecnológicas, cujo funcionamento interno é protegido por patentes, segredos industriais e regimes jurídicos que dificultam o escrutínio público. Como demonstram as análises de Cathy O’Neil (Braga; Cardoso, 2017), mesmo quando um algoritmo se apresenta como “neutro” ou “técnico”, ele reproduz e cristaliza preconceitos estruturais, utilizando variáveis e conjuntos de dados que funcionam como substitutos para categorias racializadas, de gênero ou de classe. Ao penetrar nesse núcleo — o espaço em que o código se confunde com a ideologia —, mulheres *hackers* desafiam não apenas as ferramentas específicas, mas o próprio pacto social que sustenta a supremacia branca e patriarcal no universo digital.

Logo, a ação de mulheres no campo do desenvolvimento tecnológico não se limita a “humanizar” sistemas preexistentes ou a demandar algoritmos mais “justos” dentro do mesmo arcabouço de poder. Propõe-se, além disso, uma reconfiguração das relações entre os sujeitos, máquinas e redes capaz de abrir caminho para novas formas de organização. Nesse sentido, o ciberfeminismo e suas vertentes hacktivistas não se restringem a atuar sob as regras do jogo, mas também se empenham em reescrevê-las — ou, em muitos casos, em substituir o jogo por outro inteiramente novo, imaginado e codificado a partir de perspectivas insurgentes.

Não se trata, portanto, de um mero “solucionismo tecnológico”, no qual os conflitos de interesse e, sobretudo, as lutas políticas no âmbito da sociedade são desconsiderados (Morozov, 2018). Um ciberfeminismo efetivamente combativo precisa ter como norte o pressuposto de que a simples resignificação do uso da tecnologia não acabará com os problemas sociais.



Atividade da Reprograma, ONG que ensina programação para mulheres em situação de vulnerabilidade, priorizando negras, trans e travestis

Nessa senda, ressalta-se que não há como falar em uma sociabilidade verdadeiramente democrática sob o capitalismo, que prioriza o lucro em relação às demandas humanas. Assim, torna-se necessária a criação de uma sociabilidade que supere o capital. Todavia, deve haver um cuidado para evitar a crença de que essa superação ocorrerá de modo orgânico, haja vista as mazelas sociais existentes e a intensificação da crise inerente a esse modo de produção (Mascaro, 2018).

Da mesma forma, a desigualdade social no país (traduzida nas plataformas sociais) não será corrigida com meros “remendos político-jurídicos”. A crise vivenciada deve ser observada de maneira plural, sabendo-se que, para enfrentá-la, é indispensável uma alteração revolucionária das estruturas do capitalismo, o qual precisa ser encarado como uma etapa a ser superada na história da humanidade (Mascaro, 2018).

Assim, destaca-se que, embora o letramento cibernético não resolva todos os problemas do regime colonial-capitalístico, ele representa um esforço contínuo e importante para transformar a realidade, ampliando as possibilidades de inclusão e empoderamento. A resistência ao regime dominante é feita através da construção de novas formas de conhecimento e práticas que desafiam as estruturas existentes.

Em resumo, o letramento cibernético de mulheres, ao promover o ensino da programação, encaixa-se na lógica da micropolítica descrita por Suely Rolnik. Trata-se de uma ação contínua e gradual que busca reapropriar o desejo e a subjetividade, resistir às barreiras impostas pelo regime colonial-capitalístico e transformar a realidade através da construção de novas práticas e comunidades. Tal ação representa o início da abertura de novos horizontes.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo responder à seguinte problemática: em que medida as novas experiências de ciberfeminismo em curso no Brasil podem ressignificar o ativismo de gênero, bem como traçar estratégias para a igualdade entre homens e mulheres, prevista na Constituição Federal? Para isso, em um primeiro momento, apresentaram-se as formas “tradicionais” de ciberfeminismo (as quais se valem de ferramentas como *hashtags*), que foram essenciais, sobretudo, para consolidar o movimento nesse espaço. Após, debateram-se as novas experiências em curso, citando os coletivos MariaLab, PrograMaria, PretaLab e Casa Hacker — “Minas em tech”, que se caracterizam pela atuação em prol da independência tecnológica de minorias, mesclando táticas como hacktivismismo e educação digital.

Concluiu-se, desse modo, que as formas mais recentes de ciberfeminismo inovam ao povoar o território da internet (inclusive na sua etapa de construção) e ao buscar estratégias que não tornem as usuárias reféns do algoritmo e do interesse das empresas transnacionais. Afinal, o ativismo tradicional, em que pese sua importância, sofre os impactos da cultura patriarcal imposta — e incentivada — pelas *big techs*.

Em síntese, a presença de mulheres e outras minorias sociais, como as de gênero e raça, nos espaços de desenvolvimento tecnológico não representa apenas um avanço quantitativo na diversidade do setor, mas um ato político de ruptura com a lógica opaca e excludente que sustenta as infraestruturas digitais. Ao se apropriarem das linguagens e camadas estruturais da tecnologia, as mulheres desafiam as bases ideológicas inscritas nos códigos e algoritmos, propondo novas formas de organização, produção de conhecimento e uso das redes. Trata-se, portanto, de uma prática com potencial transformador e revolucionário, que não se limita a reformar o sistema vigente, mas também busca configurá-lo a partir de perspectivas insurgentes.

Assim, entende-se que os desafios impostos ao ciberfeminismo estão muito além do campo da internet, sendo uma questão sistemática. Ou seja, é apenas superando esse cenário (e traçando novas alternativas a ele) que as possibilidades do ativismo de gênero poderão ser, de fato, ampliadas.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (PPGD-UFSM), com bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na linha de pesquisa “Direitos na sociedade em rede: atores, fatores e processos na mundialização”. Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, tendo recebido diploma de Lâurea Acadêmica. Pesquisadora do Núcleo de Direito Informacional (Nudi-UFSM) e da Rede de Pesquisadores Marxistas (RedeMarx), ambos cadastrados no CNPq.

** Mestranda no PPGD-UFSM, na linha de pesquisa “Direitos na sociedade em rede: atores, fatores e processos na mundialização”. Bacharela em Direito pela UFSM. Pesquisadora no projeto de pesquisa “Corpos, política e autonomia” (enCorpA). Extensionista no projeto de extensão “Livros que livram – remição pela leitura”, vinculado ao Observatório de Direitos Humanos da UFSM.

*** Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010), na área de concentração em Relações Internacionais, com período de realização de Estágio de Doutorado (doutorado-sanduíche) com bolsa da Capes na Università Degli Studi di Padova, Itália (2009). Mestre em Integração Latino-Americana (Direito da Integração, 2005) e graduado em Direito (2003) pela UFSM. Professor associado III no Departamento de Direito, em regime de dedicação exclusiva, e no Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado) da UFSM. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (desde 2019). Coordenador do Curso de Direito Diurno da UFSM (2012 a 2019). Coordenador do projeto de pesquisa "Ativismo digital e cidadania global" (desde 2011). Parecerista *ad hoc* de diversas revistas jurídicas. Editor da *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM* (desde 2012). Líder do grupo de pesquisas, cadastrado no CNPq, Centro de Estudos e Pesquisas em Direito e Internet da UFSM. Membro do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais da Universidade Federal de Santa Maria (CGPD-UFSM). Autor dos livros *Direito ambiental internacional: o papel da soft law em sua efetivação* e *Meio ambiente e a agricultura no século XXI* e organizador dos livros *Direito ambiental contemporâneo: prevenção e precaução, Mídias, direitos da sociedade em rede, Direito e novas mídias* e *Direito e novas tecnologias da informação*. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: ativismo digital e cidadania, novas mídias, ciberespaço, ciberdemocracia, governo eletrônico, direito e internet, direito internacional ambiental.

► Texto recebido em 10 de fevereiro de 2025; aprovado em 18 de agosto de 2025.

ALBU, Debora. Ciberfeminismo no Brasil: construindo identidades dentro dos limites da rede. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481800_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FG_DEBORAALBU.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ARAÚJO, Daniela Camila de; MANICA, Daniela Tonelli; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnopolíticas de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 59, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664486/26105>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRAGA, Filipe Meirelles Ferreira; CARDOSO, Pedro Vinhaes. O'NEIL, Cathy. Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy. New York: Crown, 2016. ISBN 9780553418811. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 94-97, 2017. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/25939>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CARVALHO, Célia Regina de; GONÇALVES, Josiane Peres. Cidadania digital, democracia e ciberfeminismo no contexto brasileiro. **TraHs**, n. 16, p. 47-57, 2023. Disponível em: <www.unilim.fr/trahs/5619>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Julian Cesar Lemes de. A economia da desinformação em plataformas algorítmicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1157-1.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2021.

DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. A primavera das mulheres: ciberfeminismo e os movimentos feministas. **Feminismos**, v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30292>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FELGUEIRAS, Ana Cláudia Leal. Breve panorama histórico do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao ciberfeminismo. **Digital Simonsen**, n. 6, p. 108-121, maio 2017. Disponível em: Acesso em: <www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2017/05/pronto-para-o-site.pdf#page=108>. Acesso em: 26 jul. 2024.

GÓMEZ, Domingo Manuel Lechón; MUÑOZ, Dora Elia Ramos. ¿Es Internet un territorio?: una aproximación a partir de la investigación del hacktivismo en México. **Economía, sociedad y territorio**, v. 20, n. 62, p. 273-301, 2020. Disponível em: <www.scielo.org.mx/pdf/est/v20n62/2448-6183-est-20-62-273.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-210.

LEITE, Raquel Pereira Rodrigues. **Misoginia, discurso de ódio e limites nas plataformas digitais: um estudo netnográfico em grupos abertos do Whatsapp**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/80467/R%20-%20D%20-%20RAQUEL%20PEREIRA%20RODRIGUES%20LEITE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

LIMA, Dulcilei. OLIVEIRA, Tais. Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência. **Cadernos Pagu**, n. 59, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664487/26106>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARZULLO, Luísa. PL do Aborto gera manifestações em ao menos oito cidades neste final de semana. **O Globo**, 16 jun. 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/06/16/pl-do-aborto-gera-manifestacoes-em-ao-menos-oito-cidades.ghtml>>. Acesso em: 26 jul. 2024.

MASCARO, Alysson Leandro. Política e crise do capitalismo: aportes teóricos. **Direito e Práxis**, v. 9, n. 1, p. 46-69, mar. 2018. Disponível em: <www.scielo.br/j/rdp/a/VyhSzRbVW4HWrwSntYTqCDj/?format=html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MATOS, Maria Clara. PL do Aborto: cresce número de assinaturas em apoio ao projeto na Câmara. **CNN Brasil**, 24 jun. 2024. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br/politica/pl-do-aborto-cresce-numero-de-assinaturas-em-apoio-ao-projeto-na-camara-veja-lista/#:~:text=Na%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20atual%2C%20n%C3%A3o%20h%C3%A1,%2020%20anos%20de%20pris%C3%A3o>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MAZENOTTI, Priscilla. Desigualdade no Brasil atinge principalmente mulheres negras. **Rádio Agência**, 28 maio 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/au>>

- dio/2024-05/desigualdade-no-brasil-atinge-principalmente-mulheres-negras>. Acesso em: 14 set. 2025.
- MIRANI, Leo. Millions of Facebook users have no idea they're using the internet. **Quartz**, 9 fev. 2015. Disponível em: <<https://qz.com/333313/millions-of-facebook-users-have-no-idea-theyre-using-the-internet>>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo de desenvolvimento sustentável 5**: igualdade de gênero. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2025. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- NATANSOHN, Graciela. REIS, Josemira Silva. Com quantas hashtags se constrói um movimento?: o que nos diz a "Primavera Feminista" brasileira. **Tríade**, Sorocaba, v. 5, n. 10, p. 113-130, dez. 2017. Disponível em: <<https://uniso.emnuvens.com.br/triade/article/view/3096/2817>>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- _____. Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker. **Cadernos Pagu**, n. 59, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664486/26105>>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- OLIVEIRA, Débora Prado de; ARAÚJO, Daniela Camila de; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico. **Cadernos Pagu**, n. 59, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664483/26103>>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- OLIVEIRA, Jéssica de Freitas. **Discurso de ódio misógino no blog "Escreva Lola Escreva"**: o tratamento jurídico do tema à luz da criminologia feminista. Porto Alegre: Fi, 2021. Disponível em: <www.editorafi.org/077discurso>. Acesso em: 27 jul. 2024.
- PRETALAB. **Quem coda**. [S.l.]: PretaLab, 2019. Disponível em: Acesso em: <www.pretalab.com/report-quem-coda>. Acesso em: 15 set. 2025.
- _____. **Relatório de impacto PretaLab**: empregabilidade e efeito multiplicador. [S.l.]: PretaLab, 2023a. Disponível em: <https://relatoriodeimpacto.pretalab.com/?page_id=1638>. Acesso em: 14 set. 2025.
- _____. **Relatório de impacto PretaLab**: introdução. [S.l.]: PretaLab, 2023b. Disponível em: <https://relatoriodeimpacto.pretalab.com/?page_id=1598>. Acesso em: 14 set. 2025.
- _____. **Report 2022**. [S.l.]: PretaLab, 2022. Disponível em: <www.pretalab.com/report-2022>. Acesso em: 15 set. 2025.
- PROGRAMARIA. **Sobre Nós**. [S.l.]: Programaria, [s.d.] Disponível em: <www.programaria.org/sobre-nos>. Acesso em: 14 set. 2025.
- REIS, Josemira Silva. Feminismo por hashtags: as potencialidades e riscos tecidos pela rede. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503731675_ARQUIVO_josemira-reis_fazendogenerov2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- REIS, Josemira Silva; NATANSOHN, Graciela. Del ciberfeminismo al hackfeminismo: notas para pensar internet en tiempos de la algoritmia. In: RIVOIR, Ana Laura; MORALES, María Julia (Coord.). **Tecnologias digitais**: miradas críticas de la apropiación en América Latina. Montevideo: Riat, 2019. p. 391-405. Disponível em: <www.surysur.net/site/uploads/2020/01/Tecnologias-digitales.pdf#page=392>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- ROLNIK, Suely. **Esfemas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- WOIDA, Luana Maia. Coletivos ciberfeministas como fonte de informação. **Encontros Bibli**, v. 25, p. 1-24, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e70464>>. Acesso em: 25 jul. 2024.